

**PADRES NA MAÇONARIA DO PORTUGAL SETECENTISTA: Prisões e Delações no Santo Ofício:**

**O caso de D. André de Moraes Sarmiento**

(PRIESTS IN MASONRY OF EIGHTEENTH CENTURY'S PORTUGAL: Prisons and denunciations in the Holy Office:  
The case of D. André de Moraes Sarmiento)

Virgínia Maria Trindade Valadares <sup>1</sup>

**Resumo**

O meu objetivo neste artigo é analisar a participação e envolvimento dos padres na Maçonaria portuguesa dos finais do século XVIII. O fato de eclesiásticos participarem da Sociedade dos Pedreiros Livres, que era proibida pelo Estado e pela Igreja, provoca reação por parte do Santo Ofício, resultando em prisões e suplícios. Neste texto, tomando como base o processo inquisitorial de D. André, Cônego de Santo Agostinho, analiso a reação do clérigo diante o interrogatório do Santo Ofício.

**Palavras-chaves:** Maçonaria; Santo Ofício; Padres; Perseguição.

**Abstract**

My goal in this article is to analyze the participation and involvement of priests in the Portuguese Freemasonry of the late eighteenth century. The fact ecclesiastical participate in the Free Masons Society, which was prohibited by the State and the Church, provokes reaction from the Holy Office, resulting in arrests and tortures. In this paper, based on the inquisitorial process of D. Andrew, St. Augustine Canon, I analyze the cleric's reaction to the interrogation of the Holy Office.

**Keywords** Freemasonry; Inquisition; Priests; Pursuit.

<sup>1</sup> Virgínia Valadares tem Pós-Doutorado em História Moderna pela Universidade Nova de Lisboa; Doutorado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses pela Universidade de Lisboa; Mestrado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses pela Universidade de Lisboa; Graduação em História pelo UNIBH - Centro Universitário de Belo Horizonte. É pesquisadora do Centro de História dAquém e dAlém-mar (CHAM), Universidade Nova de Lisboa, professora aposentada da UFMG-COLTEC e atualmente Professora Adjunta IV da PUC-MG. E-mail: [virmatri@gmail.com](mailto:virmatri@gmail.com)

## 1. Introdução

Este artigo que ora apresento é resultante de pesquisa realizada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>2</sup>, localizado em Lisboa, Portugal. Tal investigação foi tema do Pós-doutoramento feito na Universidade Nova de Lisboa, com acolhimento do Centro de História d'Aquém e d'Além Mar – CHAM, pertencente à mesma Universidade. O Pós-doutoramento foi realizado no período entre 2008 a 2012 sendo este, financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT), órgão de fomento da União Europeia em Lisboa, Portugal.

Inicialmente, parece contraditório falar em padres maçons, quando essa associação era proibida pela Igreja, em função dos seus membros serem acusados de praticar heresia. Tal proibição ocorreu a partir de 27 de Abril de 1738, quando o papa Clemente XII proibiu aos católicos de participarem das lojas maçônicas, e em Portugal D. João V, na mesma época, ameaçou punir gravemente quem fosse iniciado na Sociedade dos Pedreiros Livres. Apesar de tal proibição, e, de acordo com o nosso banco de dados, os eclesiásticos formavam o segundo maior grupo de seguidores da maçonaria, no Portugal de finais dos setecentos. Tal grupo era antecedido em número, apenas pelos militares.

No entanto, é importante ressaltar que o Santo Tribunal foi instalado em Portugal a pedido do rei D. João III, via solicitação ao Vaticano, em 1533. O Papa, porém não deliberou de pronto a instalação do Santo Ofício em terras lusitanas, demorando 14 anos para que o pedido do Rei fosse atendido. Assim, após muita insistência da diplomacia real, a Inquisição se tornou realidade em terras portuguesas, com a emissão da bula papal em 16 de Julho de 1547.

O Tribunal do Santo Ofício era uma instituição eclesiástica de carácter "judicial", ávida por perseguir judeus e mouros, mas também os que adotavam a doutrina dos Pedreiros Livres, por considerá-los heréticos e libertinos. Prendiam-nos aos Estãos do Santo Ofício, de forma secreta, objetivando inquiri-los para que se autodenunciassem heréticos da doutrina católica. Tal inquirição era detalhada e constante, diria mesmo que, representava uma forma de tortura para que o reo falasse o que eles, inquisidores desejavam ouvir, - daí o Santo Ofício ser também conhecido como Inquisição.

As origens desta instituição podem ser encontradas na Idade Média, embora nesse período da História assumisse contornos bem distintos dos da época moderna. A repressão aos movimentos heréticos foi, desde sempre, uma preocupação que afligia os senhores laicos e também os eclesiásticos, tanto é que os maçons ao serem presos nunca sabiam a razão da sua prisão. Não obstante, antes de serem trancafiados nas celas do Santo Ofício, vasculhavam lhes a casa e recolhiam todo material que encontrassem. Nunca, porém lhes confessavam que a razão de estarem sendo detidos era por praticarem o crime de adoção da doutrina dos Pedreiros Livres.

Quando, no entanto, examinei os processos inquisitoriais, alguns até com 150 páginas, percebi que em primeiro lugar são condenados pela acusação do crime de heresia e somente no final do depoimento é que os inquisidores lhes diziam que praticavam a doutrina maçônica. Nesse artigo, analisarei o processo inquisitorial do Padre André, tendo como base o seu depoimento, durante o período em que esteve nas garras dos inquisidores.

## 2. André de Moraes Sarmiento—Padre Arrebanhador

Natural de Vinhaes, freguesia da Junta Marinha de Quintela, e habitante da cidade de Lisboa, com aproximadamente 30 anos de idade. Seu pai, Caetano de Moraes Sarmiento, já falecido, vivia das suas fazendas, e era também nascido na mesma freguesia da Marinha de Quintela. Sua mãe Isabel Teixeira, já defunta, era natural de Cesnande, pertencente à Sintra. No que diz respeito aos seus avós, os paternos se chamavam Ignácio de Moraes Sarmiento e Marianna Rego Maria da Nóbrega, e os maternos Antônio Fernandes e Domingas Teixeira. O avô, tal qual sua mãe, era nascido em Cesnande e a avó natural do Idral.

Cristão batizado tinha como padrinho um tio, chamado Antônio Teixeira e, como madrinha sua irmã Maria Antónia. Foi crismado pelo Bispo de Miranda, D. Francisco Aleixo. Ignora o nome do padrinho de crisma. Desde que atingiu a adolescência nunca deixou de frequentar a Igreja, assistir a santa missa e cumprir todas as obrigações de um verdadeiro católico, e até fez-se sacerdote. Em Santa Cruz de Coimbra, tornou-se Cônego Regular de Santo Agostinho.<sup>3</sup> Depois que saiu de Coimbra foi para Mafra, onde permaneceu por um período entre 8 a 9 anos. Estu-

<sup>2</sup> Denominada a partir de agora como ANTT.

<sup>3</sup> Apesar de parecer ambíguo, o documento relata que D. André era também Presbítero Secular do Hábito de São Pedro nos seguintes termos: "Entrou Cônego Regular em Santa Cruz de Coimbra"; noutro momento nos autos de diligência e achados refere-se a ele como "D. Andre de Moraes Sarmiento Presbítero Secular do Hábito de São Pedro" (ANTT, 1791).

dou filosofia, teologia e tinha algumas noções de hebraico. Até ser preso pelo Santo Ofício em 1791, nunca tinha sido apresentado e nem penitenciado pelo mesmo.

Aos 08 dias do mês de outubro de 1791, D. André foi surpreendido em sua residência, com a presença dos não convidados, Joaquim Antônio Cabral e Doutor Alexandre Barbosa de Albuquerque, este juiz do crime no bairro do Limoeiro. Tal visita inesperada deu-se em observância de uma ordem vocal, despachada pelo Desembargador Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino, Diogo de Pina Manique. Por este despacho, o referido Juiz tinha autorização, para dar uma busca geral na casa do Padre mencionado, e averiguar os seus pertences quais sejam: papéis, livros, manuscritos ou insígnias pertencentes à maçonaria. Pela denuncia que dele foi feita a Inquisição, constava que ele era maçom, e que tinha em seu poder prova de que era doutrinário da “seita” (ANTT, 1791)

Após vasculharem e remexerem nos guardados de D. André foi encontrado em um pequeno baú, onde ele arrumava sua roupa de uso pessoal, os seguintes objetos:

entre as cartas de ordens do mesmo, um manuscrito com o titulo seguinte: Explicação da maçonaria aos recém-recebidos e igualmente foram encontrados no baú quatro embrulhos e em um dos quais se achava hum pedaço de pelica branca á maneira de pequeno avental com umas fitas azuis nas pontas, tendo todos os quatro aventais as insígnias e distinções e dísticos seguintes estampados nos mesmos a saber: de um lado a figura do sol, de outro a da lua e no meio hum compasso e um triangulo e por baixo um dístico = *Lux Mundi* = e da outra parte nas costas dos mesmos aventais a figura de uma caveira com dois ossos que demonstra a morte e por baixo o dístico= *Memento Mortis*= porém em um dos aventais em tudo semelhante aos três, não tinha estampada a dita figura da morte nem o seu dístico (ANTT, 1791).

Entretanto, ainda, foi encontrado no mesmo baú “uma fita larga de seda azul feita á maneira de banda<sup>4</sup> com seus laços nas extremidades”. (ANTT, 1791). Além de

todos os objetos citados, por mais que continuassem as buscas não foram encontrados, nenhum papel impresso ou manuscrito que o comprometesse. Ao terem a certeza que, nada mais havia na morada de D. André que lhes interessassem o juiz do crime Doutor Alexandre Barbosa, por ordem de Pina Manique prendeu o Padre, e o conduziu até a Cadeia da Corte, onde ficou num quarto secreto, à espera da ordem do dito Desembargador. Junto aos autos foi anexado, todo o material recolhido na casa do Cônego. Nota-se, claramente, que o delator de D. André era alguém das suas relações pessoais e que muito o conhecia, na medida em que, a diligência foi bem sucedida, e foram encontradas as provas de que o Santo Ofício precisava para trancafiá-lo na cadeia.

No dia 31 de Outubro, de acordo com a certidão do decreto, Antônio Gomes, notário do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, entregou o Padre D. André ao Cárcere Inquisitorial, transferindo-o da Cadeia da Corte. A exemplo do que ocorreu, aquando da sua prisão na cadeia da corte, a sua transferência de cárcere, também foi feita de forma sigilosa com um aviso no seguinte teor:

O Excelentíssimo e Reverendíssimo senhor Bispo Inquiridor Geral manda remeter a Vossa Senhoria o Auto Judicial do que se achou ao Padre D. André de Moraes Sarmiento com o mais de que o mesmo auto faz menção e ordena que o dito Padre seja recebido no competente cárcere dessa Inquisição e proceda na forma de direito. Lxa. 31 de Outubro de 1791 (ANTT, 1791).

Ao ser transferido para os Estãos do Santo Ofício, D. André se desposou de todos os seus pertences e recebeu do Inquiridor Álvaro Xavier Botelho, doze folhas rubricadas para que nelas escrevesse a sua defesa. Ao recebê-las ele escreveu na parte superior das páginas rubricadas: “JMJ<sup>5</sup> sejam comigo” (ANTT, 1791, p. 12). Iniciando o seu depoimento fez o juramento, com a mão direita pousada na Bíblia, aberta no Evangelho de São João, e logo

foi mandado por de joelhos e depois de benzer disse a doutrina cristã, a saber, padre nos-

<sup>4</sup> “Faixa que decora o peito dos Mestres Maçons, colocada a tiracolo, da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda, conforme os graus. Ao contrário do avental, a banda, que não constitui atributo essencial do maçom nem tem qualquer significado alegórico, é dispensável em quase todos os graus de qualquer dos ritos, embora o costume a faça considerar obrigatória” (OLIVEIRA MARQUES, 1986, p.144).

<sup>5</sup> JMJ significa Jesus, Maria e José.

so, avemaria, salve rainha, credo, os mandamentos da lei de Deus, e os da Santa Madre Igreja, que tudo soube (ANTT, 1791).

O Padre diante do Inquisidor diz que, em nome da fé que professava, e da verdade que jurava perante os Santos Evangelhos; e por ser obrigado, revelaria com toda sinceridade, tudo o que sabia sobre a maçonaria.

Todo o homem, por mais convicto, e destemido que fosse diante de um inquisidor do Santo Ofício tornava-se um delator, fraco e medroso, em função da perversidade e suplício que, inevitavelmente lhe seria aplicado pelo Santo Tribunal. Não é sem motivo que, ao receber as folhas do inquisidor, para escrever seu depoimento o Padre pede socorro a Sagrada Família. Os “cães do senhor”<sup>6</sup> arguíram D. André varias vezes, em dias e seções diferenciadas, ou duas vezes no mesmo dia, tudo dependendo do sabor e bom alvitre do inquisidor.

Dando continuidade ao seu depoimento esclareceu que, seguindo os cânones da ordem dos cônegos regerantes, e com a sua permissão, foi para o Funchal dirigir o Novo Seminário da Ilha, onde também era professor de Teologia. Neste Seminário, conheceu Francisco Manoel de Oliveira, Professor de Filosofia, com quem estabeleceu grande amizade, ao ponto deste lhe apresentar e ser seu padrinho para iniciar na maçonaria.

O dialogo entre Francisco Manoel e D. André nos interessa, na medida em que, através dele, há demonstração do apologismo, do conceito e temores que cerqueava a maçonaria. O filosofo perguntou ao padre se ele sabia o que era maçonaria? Este, não entendeu a pergunta do outro, por não saber o que significava tal pergunta. No entanto, aquele retruca: e Pedreiros Livres? No que D. André respondeu: “tenho ouvido falar de Pedreiros Livres como gente celebre, unidas huns com os outros, e que tinha suspeita da sua Religião; Sendo que, Na História das Heresias, Nem no que tinha lido achei nunca tal matéria” (ANTT, 1791, p.12). A sua opinião é confirmada por seu interlocutor ao afirmar que, a maçonaria não tinha oposição, nem a Igreja, e nem ao Estado, e que seu compromisso era somente com a caridade mutua. Acrescenta, ainda, que na Ilha da Madeira, os maçons eram homens de bem, e os mais importantes da terra, porque a sociedade maçônica era honrada e virtuosa. Alertava a D. André, que ele por ser um homem esclarecido não deveria acreditar em “tantas patranhas como se contão a este respei-

to” (ANTT, 1791, p.12). Ao final dessa interlocução, Francisco Manoel convidou D. André a entrar na maçonaria prometendo-o avisar e conduzi-lo, assim que tivesse o dia e a hora confirmados.

Desta forma, o Padre começou o seu relato ao inquisidor: detalhou a sua iniciação como maçom, assim como, delatou os nomes de todas as pessoas com as quais tinha convivido nas reuniões maçônicas. Porem faz-se necessário esclarecer, que, antes de ser um delator, o Padre foi um entusiasta da doutrina dos Pedreiros Livres, tornando-se um prosélito e um arrebanhador de muitas pessoas, que através do seu convencimento, também se tornaram maçons. Assim como, no seu depoimento, ele revela todos os nomes e os supostos “segredos” da sociedade, também durante a inquirição daqueles que ele apadrinhou todos o acusaram.

Ao Santo Tribunal era só o que lhe interessava: que contassem os segredos maçônicos e os nomes de quem frequentavam os ajuntamentos. O não cumprimento desta ordem significava ficar muito tempo na prisão, sem que ninguém soubesse o paradeiro do preso, e sofrer tortura de várias naturezas. Tal constatação, nos mostra que, a prisão dos maçons era mais motivada por razões políticas do que religiosas. Eram fóbicos com relação à ação da maçonaria por acreditarem que, o seu objetivo era destruir o Estado Monárquico e a Igreja. Dai, o seu desejo era destruir a organização dos Pedreiros Livres assim como seus componentes, antes que fossem por eles destruídos. Desta forma, os mandatários do Alto Clero, que integravam a estrutura funcional hierárquica do Santo Ofício no século XVIII português, transformaram-se em agentes de dominação, e para dissimular a usurpação, valiam-se do titulo de servidores da Igreja em nome de Deus (VALADARES, 2004).

Bourdieu, interpretando Nietzsche, afirma que os mandatários se apropriam de valores e requisitam a moral, imputando a si mesmos os valores considerados universais e açambarcando, dessa forma as noções de Deus, de verdade, de sabedoria, de povo, de mensagem, de liberdade, transformando-as em sinônimo de si próprios, auto sacralizando-se e consagrando-se, ao mesmo tempo em que vão impondo fronteiras entre eles e os restantes. Tornam-se nome do poder e do mando, a medida de todas as coisas. Bourdieu deu a essa duplicação de personalidade, bem característica dos inquisidores, o nome de efeito de oráculo: “a pessoa individual, o eu, anula-se em

<sup>6</sup> Expressão usada por Miguel Real, nos seguintes termos: “Porém, se umas correntes “matavam” o morto, privilégio dos dominicanos da Santa Inquisição, orgulhosamente autogonominados de os cães do senhor” (2007, p.16).

proveito de uma pessoa moral transcendente” (BOURDIEU, 1989, p. 196), ou seja, o indivíduo comum morre, tornando-se uma instituição com seus ritos. Tal assertiva confere-se também aos maçons, pois estes enquanto presentes nos seus ritos simbólicos deixam-se morrer enquanto indivíduo social.

E assim, continuando o seu depoimento, D. André fala aos inquisidores como foi a sua iniciação, os ritos e sinais que aprendeu como Aprendiz, Companheiro e Mestre, além de explicar a representação simbólica de cada objeto utilizado numa cerimônia maçônica. Como havia combinado com o filósofo foram os dois até a casa de Carlos Aldre, negociante inglês, onde permaneceu numa sala, que se encontravam pessoas, que se frequentavam, e outras que mal se conheciam. Dai, foi levado a um quarto ou soton superior da casa, onde permaneceu fechado por algum tempo. Depois, foi ao seu encontro um militar, Major de Auxiliares, chamado Francisco João Barreto, que era pessoa nobre na cidade. Este fez-lhe um discurso que mais “parecia hum missionário pelo seu modo de falar” (ANTT, 1791,13). Dizia o Major que se ele queria entrar para a sociedade maçônica deveria passar por algumas provas, e se desejasse se confessar antes, isto seria feito, pois que deveria estar com uma consciência pura para o que viesse acontecer. Acrescentava porém, que a intenção deles não era lhe fazer nenhum mal, mas poderiam quebrar-lhe uma perna ou um braço. Se não estivesse disposto a passar pelos trabalhos exigidos para se tornar maçom, estava em tempo, e ele poderia se retirar.

D. André, no entanto, permaneceu firme no seu propósito, porque o seu padrinho já havia lhe alertado que tudo aquilo não passava de uma cerimônia. No dizer do Padre, ele respondeu ao Major, que iria prosseguir e que passaria por todas as provas, desde que, não houvesse ofensa a sua religião, ao direito natural e as leis do seu Rei. Depois de tranquiliza-lo que não haveria nenhuma ofensa ao que ele acreditava, taparam-lhe os olhos com um lenço, despojaram-lhe de todos os metais e descobriram-lhe um ombro e um joelho. Permanecendo nestes trajes viu que havia mais uma pessoa ao seu redor, que ora lhe mandava saltar, ora lhe mandava abaixar-se para passar um buraco, e sempre lhe segurando pelo braço.

Alguns minutos depois, junto a uma porta fechada, deram três pancadas, e de dentro responderam com

outras três, perguntando quem era ao que respondeu o seu condutor: um amigo que queria entrar naquela sociedade.

De dentro perguntaram se já tinham informado delle, dos seus costumes, honra e reputação para o abonar e se tinham contratempos nos trabalhos que tinha passado, dito, que queria entrar, ou se hũa por mera curiosidade ou com tensões más (ANTT, 1791, p.13).

Diante de tais perguntas o seu condutor disse que lhe abonava, e dai fizeram-no entrar por três pancadas nas costas. Ainda de olhos vendados deram-lhe uma espada para pegá-la pela ponta, e lhe fizeram dar uma volta ao redor da casa, até chegar a quem presidia à mesa que novamente o alertou que, ainda estava em tempo dele desistir. No entanto, prosseguiu e deu três voltas, as quais findas lhe falou o Presidente<sup>7</sup>, Francisco Xavier de Ornellas, morgado de primeira nobreza daquela terra:

Já que vos tendes mostrado Constança nos vossos trabalhos sereis recebido maçom: porém como amigo vos aconselho que se tendes algum receio ou não haveis produzir honra na sociedade livremente vos podeis ir embora. Eu prometi ser homem de bem. Nisto mandou que me levassem a parte e que me destapassem os olhos (ANTT, 1791, p.13).

O Presidente ou Venerável tem no Esquadro o instrumento que o representa e em Minerva a sua figura. Simbolicamente, representa o Oriente de onde vem à luz, ou seja, a sabedoria.

Com os olhos desvendados, D. André observou que estava em um quarto interior da casa, bem ornado com cortinas de damasco, e que havia duas alas de maçons com suas insígnias, e espadas que foram desembainhadas, e apontadas para ele. Ao final das duas alas estava o Presidente de chapéu na cabeça, e uma mesa para ele virada. Sobre a mesa três castiçais com luzes postas em triangulo. Diante deste cenário ornado, repetiu ao Padre que aquelas espadas estariam a seu favor se praticasse o bem, e que ele deveria fazer um juramento prome-

<sup>7</sup> O Presidente, também chamado de Venerável é título do Mestre “que preside a uma loja simbólica dos graus 1º e 2º e, precedido do adjectivo *Muito*, do grau 3º. Primeiro oficial da loja, tem por funções convocar a oficina, presidir aos trabalhos e dirigi-los, assinar as pranchas emanadas da loja para o exterior, representar a oficina na grande Dieta e nas cerimónias maçônicas receber e abrir toda correspondência” (OLIVEIRA MARQUES, 1986, p. 1475).

tendo guardar segredo de tudo o que ali lhe foi ensinado.

O segredo exigido tanto pelo Santo Ofício quanto pela Maçonaria representa o poder de forma íntima e oculta. O detentor do poder que se vale do segredo fá-lo de acordo com o seu significado, escolhendo quem e como espreitar. Todo o indivíduo que guarda sozinho um segredo é vigiado por quem deseja arrancá-lo das suas entranhas, ou seja, quem vigia é também vigiado. (VALADARES, 2004). Desta forma

o detentor de poder está sempre a par da confiabilidade e da segurança dos recipientes nos quais deposita seus segredos, e é capaz de avaliar quais desses recipientes estão repletos e que podem, por isso, transbordar. Se o confia inteiramente a alguém sente-se em perigo (CANETTI, 1995, p.281).

O poderoso indaga o que se passa com os outros para dominá-los a partir das suas próprias informações, mas impede que se perceba o que ele pensa e abriga. Era exatamente nesta proporção, que o Inquisidor estabelecia sua relação de poder com o maçom. Esse, porém na sua esfera também era poderoso, na medida em que era o grande silenciador e detentor do segredo que o Santo Ofício desejava saber para dominá-lo. As relações humanas estabelecem-se principalmente por meio da fala; alguém que se protege no silêncio do segredo torna essas relações rígidas: “Sucinta e isolada sua fala aproxima-se mais da transmissão de uma ordem”. (CANETTI, 1995, p.295). Assim, fica claro que as relações entre o Santo Tribunal e a Maçonaria eram tensas e fóbicas.

Retomando o que D. André declarou no seu processo, o Presidente ou Venerável disse que ele iria saber os segredos que regem os maçons, mas que estes nunca podiam ser revelados, ao que ele prometeu mediante juramento. Dai, o Padre esclareceu que ele ajoelhou sobre uma almofada em frente ao Presidente, e sobre uma mesa estava um Esquadro, um Compasso e uma Bíblia aberta no Evangelho de São João. Ele colocando a mão sobre tudo isto, jurou guardar segredo e não revelar sinais, palavras e toques maçônicos; jurou, ainda, estimar, amar e ajudar os seus irmãos maçônicos em qualquer necessidade. Tal juramento foi ditado pelo Presidente, e repetido por ele, porque não havia nada escrito.

Após este juramento fizeram-no vestir-se, e lhe

apresentarão no plano da casa o Templo de Salomão<sup>8</sup> que estava riscado com giz.

D. André descreveu o Templo de Salomão e revelou o sinal de Aprendiz:

Fui levado à entrada delle que tinham sete degraus que eu contei com sete passos e logo passei para a Colluna da Esquerda das duas que estavam riscadas e tinha hum J=: Disserão-me, que aquella era a coluna de Jakin, donde os Aprendizes, que trabalhavam no Templo de Salomão, recebem o salário de seu trabalho. Dahi ensinarão-me, que o toque porque me faria conhecer erão três pancadas sobre a junta do dedo index; que o sinal, era fazer hua Esquadra em ar de Cortejo, passando com a mão Direita do lado Esquerdo ao seu lugar e deixando-a cahir; porque assim descreve hua perfeita Esquadra. Quanto a palavra era uma sagrada, outra de Páz. A sagrada era Jakin, mas que esta nunca se dava, senão soletrada alternadamente: a outra podia se dar livremente, sem reserva: a saber = Tabalkain (ANTT, 1791, p.14).

Simbolicamente, a figura de pedra tosca que estava no risco do chão do Templo de Salomão, significava que o Aprendiz tinha que desgastá-la, poli-la, pois que neste grão o homem, ainda era inculto, grosseiro e carregado de vícios. Dai a obrigação dele era se polir e se aperfeiçoar até se tornar uma “pedra digna do Templo pela virtude.” (ANTT, 1791, p. 14). O Compasso e o Esquadro deviam acompanhar o verdadeiro maçom para que ele se lembrasse de sempre medir e regular as suas ações tomando como base, a razão e as leis. A lua, o sol e as estrelas que estavam por cima do Templo, significava o céu, debaixo de cujo pavilhão habitava todos os maçons do planeta terra, e que estes eram testemunhas das regras e ações, porque nada ficava encoberto aos olhos de Deus. Faz também uma comparação simbólica, na qual, assim como o sol e a lua iluminavam e nutriam a natureza, era obrigação maçônica iluminar uns aos outros e os nutrir com a caridade.

Logo após tais explicações, lhe foi dado um avental de pelica branca sem nenhuma pintura o que significava que, com ele devia ter assiduidade no trabalho, e evitar os acidentes funestos da vida. Depois lhe colocaram uma fita ao pescoço com um laço, a qual definia que ele estava

<sup>8</sup> Lugar onde se realizam as sessões da Loja, da Oficina.

ligado em caridade a todos os seus irmãos. Em seguida, lhe deram um par de luvas de pelica branca, as quais representavam que todos os maçons deviam conservar as suas mãos sempre limpas do crime, com ações de candura e inocência. Desta forma, D. André foi ornado com as insígnias maçônicas, recebendo do presidente um abraço e dois beijos acompanhados da declaração que se até ai ele o estimava como amigo, a partir de então ele lhe amava como um irmão. O Padre afirma que chorou de emoção, e que abraçou todos os outros irmãos que estavam nas duas alas em completo silêncio.

Terminada a cerimonia iniciou-se a ceia. A mesa já estava posta e provida frugalmente, com os lugares dispostos em ordem, a saber: O Presidente assentou-se a cabecera da mesa, tendo diante dele um castiçal com vela e uma taça; os outros se assentaram nos dois lados laterais, esquerdo e direito, tendo em cada lugar uma taça; no final da mesa tinham dois castiçais com luzes a vela diante dos dois Vigilantes<sup>9</sup>, que no documento são chamados “servaillantes”. O primeiro Vigilante tem como seu instrumento básico o nível, e Hércules como sua figura. Simboliza a força. O Segundo Vigilante tem o fio-de-prumo como seu instrumento, e Vénus é a sua figura. Simboliza a beleza. Durante a ceia, ou banquete tudo correspondeu aos ritos maçônicos na sua essência, como por exemplo, ao invés de pedir para ser servido do pudim, pedia argamassa, ou ao invés de um assado pedia-se uma pedra bruta.

Durante a ceia o Venerável pede um brinde à rainha D. Maria I, seguindo toda a simbólica necessária e adequada ao rito maçom. Para a execução de tal brinde o Venerável pede para todos se porem a Ordem, e carregarem com pólvora forte os canhões. Em seguida, pediu para apresentar as armas e autorizou o primeiro, segundo e o terceiro fogo fazendo três vezes uma esquadra no ar com os copos diante do rosto, e depois os depositaram sobre a mesa. Vemos, pois, que a pólvora era a representação do vinho, canhões era a denominação dos copos e o fogo era tomar um gole do vinho. Após a cerimonia de fechamento da loja “A noutte estava adiantada e cada hum se foi recolhendo a sua caza. Eu fiz o mesmo despedindo-me muito satisfeito do entretenimento do

noutte” (ANTT, 1791, p. 15). Note-se, que o Padre, diante do Santo Ofício, chamou a sua iniciação como aprendiz na maçonaria de entretenimento, de divertimento, e de patranha toda a cerimonia simbólica. Portanto, no seu depoimento, de alguma forma ele pilheriou com os rituais e segredos maçônicos tendo-os como mentirosos e infantis. Afirmando, no entanto, que fora dos olhos dos inquisidores o D. André foi um entusiasta da doutrina maçônica e um grande arrebanhador de pessoas para a mesma sociedade. Neste momento, em que escrevia a sua defesa ele foi um delator dos seus irmãos e entregou ao Santo Tribunal os nomes de todos os dirigentes que conduziram a sua iniciação. Nesse sentido, o símbolo é o elemento principal da comunicação entre os maçons. Paul Naudon, entende que o símbolo é a forma usada para provocar uma

iluminação interior, projeção e apreensão no centro do Eu humano da luz transcendente. (...) É difícil traduzir os símbolos maçônicos em linguagem usual sem lhes falsificar o sentido profundo e o valor” (NAUDON, s.d., p. 12).

Para outros autores, no entanto, com cunho mais racionalista, o símbolo não passa de uma analogia que, pode ser explicada com uma linguagem mais coloquial, e em termos racionais, sem lhe tirar a sua complexidade e função. Ainda, porem, quando se trata de senso comum sabe-se que os símbolos são interpretados de forma individual “cabendo a cada maçom a tarefa de os compreender e sentir no seu significado mais profundo” (OLIVEIRA MARQUES, 1986, p. 1352).

Continuando a sua narrativa, D. André afirmou que ficou algum tempo sem saber da maçonaria, a não ser esporadicamente, quando se encontrava com outro maçom. No entanto, cada dia mais aguçava a sua curiosidade para saber o que se passava nos outros graus da sociedade, e qual era o início dela. Com este propósito, tomou o grão de Companheiro junto com José Pereira Vasconcellos.

Descreveu também a cerimonia ritual do grau de Companheiro, mas esta é muito parecida com a do grau

<sup>9</sup> “Cada um dos dois oficiais de loja simbólica que ajudam o Venerável na direção e orientação dos trabalhos, cada qual em sua coluna, substituindo-o nos seus impedimentos e constituindo, com ele, as Luzes da oficina. O Primeiro Vigilante, segunda personagem na hierarquia dos oficiais da loja, tem a seu cargo a inspeção dos Companheiros, sentados na coluna J e a direção desta mesma coluna. Senta-se no ocidente, na ponta da coluna B, o que lhe permite uma fácil fiscalização da coluna dos Companheiros, que lhe fica diagonalmente em frente. Consequentemente, e como as colunas variam de posição segundo os ritos, senta-se à esquerda na loja do REAA (Rito Escocês Antigo e Aceite, grifo nosso) ou à direita dela no RF (Rito Francês, grifo nosso) [...]. O Segundo Vigilante, terceiro na hierarquia dos oficiais da loja, tem a seu cargo a inspeção dos Aprendizes, sentados na coluna B e a direção desta mesma coluna. Senta-se no Meio - Dia, a meio da coluna J (segundo o RF) [...]. Nos graus superiores, os dois Vigilantes têm, por vezes, outros nomes [...]” (OLIVEIRA MARQUES, 1986, p. 1488-1489).

de Aprendiz. O local do ajuntamento foi na mesma casa do inglês Carlos Aldre, e lá estava riscado o Templo de Salomão, ornada como na cerimonia anterior.

Deixemo-lo falar:

Entrei só com um olho fechado, contei os sete degraus do Templo riscado, depois das cinco voltas em sinal de viajar, e passei a Colluna da Direita que tinha hum B, e me disseram que esta era a Colluna de Booz, donde os Companheiros pedreiros que treballhavão no Templo de Salomão eram pagos. Como toque de Companheiro erão cinco pancadas, se se davão no dedo máximo, a quando dois se encontravão e cumprimentavam dando as mãos: Como sinal era por a mão direita sobre o coração estendida e que a pallavra chave era Booz (...) e da Paz Chiprozet ( sic) [...] (ANTT, 1791, p. 16).

O Cônego, ainda afirmava que nada, além disso, aconteceu neste grau, e que os banquetes sempre eram realizados da mesma forma após as ceremonias. No entanto, observou algo de diferente, que eram os castigos aplicados àqueles que se descuidavam, e falavam mais alto. Os castigos eram, por exemplo, colocar a pessoa para comer em pé; carregar o seu canhão com pólvora fraca, ou seja, servir o copo com água e não com vinho como os demais; ou fazer um brinde e impedir o infrator de bater palmas maçonicamente.

D. André resolveu ir embora do Funchal, em função dos seus interesses particulares, e por ter adquirido a doença do reumatismo, que sempre o atacava. Antes, porém, de voltar para Lisboa, foi se despedir, e passar uns dias em casa de um maçõn chamado Mendo de Brito de Oliveira. Percebendo os amigos a proximidade de sua partida determinou dar-lhe o grau de Mestre. Para lhe ser gentil, o dito Mendo de Brito foi ser o Venerável da reunião.

Para receber este grau é necessário, a presença de sete mestres. Reuniram-se todos e foram para a casa do Padre João Pereira, professor de latim. A sua casa foi transformada numa loja, mas sem ornamentação, mesmo que sendo o costume ornar o ambiente de preto.

D. André relata o cerimonial realizado para se tornar Mestre:

Eu entrei com os olhos abertos, mas os dois Servillante me conduzião andando para traz ao redor da caza para não ver o que estava no meio. Dei assim sete voltas, e quando chegava a presença do Venerável, eu punha a mão no peito fazendo o sinal de compromisso, mas elle fazia o sinal de Mestre em correspondência, que he levar a mão diante do rosto com a palma para fora. Acabadas as sete voltas fui levado ao fundo da caza, e vi que nella estava riscado hum Compasso e diante do Compasso em distancia, estava hua Esquadra, e no meio destes dois instrumentos riscados e hum tumulto, e hua caveira, e sete luzes: fizerão me marchar com hum pé para a parte Norte, e derão me hua pancada com hum rolo de papel dizendo me Momento Mortes (grifo nosso): marchei a parte oposta fizerão me o mesmo: marchei direto ao Venerável ahi me derão a hultima pancada, e me fizerão deitar entre a Esquadra, o Compasso que estavam riscados no plano. Então fizerão a Cerimônia de me lamentar como Morto juntando as mãos em sinal de dor. Depois veio o Venerável pegou uma mão por um braço, depois pelo outro, juntou o seu joelho com hum dos meus, meteo-me hua mão por baixo da cabeça e levantou-me dizendo= Mek= Benak (ANTT, 1791, p.17).

Esta cerimônia representa a essência da História da Maçonaria com seu simbolismo<sup>10</sup> e representação, contidos na lenda de Hiram. Tal lenda, essencialmente relata a construção do Templo que Salomão e sua grandiosidade. Para sua edificação foi contratado o melhor Arquitecto da região, que era Hiram ou Adoniram, Rei de Tyro, o qual se tornou o inspetor da obra. O numero de trabalhadores deste Templo era enorme, o que acarretava problemas para o justo pagamento dos seus salários de acordo a ocupação e hora trabalhada.

Com o objetivo de resolver tal questão Salomão, considerado sábio, e Hiram decidiram reduzir todos os obreiros em três categorias que são Aprendiz, Companheiro e Mestre, criando para cada classe seu sinal, toque e palavra chave correspondente, pelos quais se fizessem conhecer, e assim saberiam o salário que lhes pagavam. Desta forma, os Aprendizes recebiam seus pagamentos a

<sup>10</sup> Conceito no sentido dado por Bourdieu, isto é, representa “o acto pelo qual se outorga a alguém um título, uma qualificação socialmente reconhecida” (1987, p.164).

saída do Templo, junto à Coluna de Jakin, mediante os seus sinais que guardavam em segredo; Os Companheiros eram da mesma forma pagos mediante o acerto do exame dos sinais, junto a Coluna de Booz, e os mestres recebiam seus ordenados no interior do templo em casa própria. Entretanto, alguns Aprendizes e Companheiros levados pela usura de receber melhores salários, resolveram furta a palavra utilizada pelo Mestre, para que pudessem usá-la e receber o mesmo salário que eles. Com tal objetivo, esperaram no Templo o Grão-Mestre Hiram, para arrancar-lhe a palavra sagrada, mediante a ameaça de morte.

Entrando Hiram pela porta do Ocidente, aqueles que o esperavam fizeram-lhe a petição. Diante da sua recusa deram-lhe várias pancadas as quais provocaram a sua morte. Ao quedar “dizem que o compasso cahira para uma parte e a Esquadra para a outra, ficando ele no meio. Os assassinos pegarão nelle e foram enterrá-lo, e puzerão na sepultura hua Acacya por sinal” (ANTT, 1791, p.18). Os demais Mestres, sabendo da morte do seu Presidente foram em busca da sua sepultura, tendo a Acácia como sinal. Ao descobrirem o tumulto, escavaram-no até encontrarem o corpo, que já se encontrava em decomposição. “Pegoulhe hum dos Mestres por hu braço, e desapareceu-se lhe do corpo; pegou-lhe pelo outro e sucedeu-lhe o mesmo e disto disse o tal Mestre = Mak=Benak que vinha a dizer, que elle estava já podre, pois se lhe despegava a pele dos ossos” (ANTT, 1791, p.18). A partir deste episódio, e com receio que os agressores tivessem descoberto a palavra sagrada do Mestre que era Jeová, esta foi substituída por Mak Benak.

Com a morte do seu provedor, a família do Hiram ficou desamparada, e ao mesmo tempo necessitada de apoio para financeiro para se sustentar. Em função desta situação, reuniram-se os Mestres, com mais alguns Aprendizes e Companheiros, que por suas próprias deliberações

resolveram socorrer a viúva e seus filhos das agruras, que se encontravam. Desde então, esta passou a ser uma prática da Sociedade dos Maçons, juntamente com seus sinais, toques e palavras sagradas e secretas.

D. André revelou ao Santo Ofício, que retornou a Corte satisfeito, porque sua curiosidade a respeito da Maçonaria foi atendida. Além disso, conhecendo os sinais de todas as categorias poderia fazer amigos, mesmo sem conhecê-los.

Em Lisboa, o Cônego mostrou-se grande entusiasta da doutrina maçônica, tornando-se um grande arrebanhador de pessoas para membros desta Sociedade. No entanto, da mesma forma que foi um prosélito da Sociedade, ao ser preso, revelou a Inquisição o nome<sup>11</sup> de todos aqueles que ele mesmo iniciou na maçonaria, fosse militar, médico, sacerdote, nobre, negociante ou secretário de Estado, o que fez o chefe de Polícia, Pina Manique prender a todos com o seguinte pensamento:

Aquele que V.M. vir de sapatinho bicudo e mui brunido, atilhos nos calções, com gravata por cima da barba, colarinho até meia orelha, cabelo rente no toitiço e tufado sob a moleirinha, com suíças até aos cantos da boca, agarre-me logo dele, tranque-mo na cadeia carregado de ferros: é iluminado ou pedreiro livre (JARDIM, 1989, p. 316).

Nota-se que o religioso não poupou na sua acusação nenhuma pessoa, por mais importância que tivesse na corte, mas ao seu contrário, o chefe da Polícia só prendeu aqueles de menor destaque, pois que não se sabe de nobres ou políticos poderosos, que foram presos e violentados pela Inquisição. A heresia de participar da Sociedade dos Pedreiros Livres era considerada, como crime horrível

<sup>11</sup> Os nomes das vítimas da delação de D. André foram: Antônio Alberto Perdigão, Major de Artilharia, que foi transferido para Madeira; Thomaz de Ornelas, ajudante; Velozo, Desembargador que foi transferido para Madeira como Corregedor; Bernardino Henriques de Oliveira, oficial de Artilharia, que morava na casa de Madame Melon à Ribeira Nova; Bittencourt, Brigadeiro da Marinha; Henrique Correa, Mestre maçom, irmão do esposo da filha do Secretário de Estado, Balsemão e o próprio; Payol, médico; Mainey, negociante, Francisco Maria de Andrade Corvo; Francisco da Silva de Queiroz, Cônego da Sé de Santa Maria; Reverendo José de S. Bernardino; Francisco da Silva, cavalheiro de Guimarães, ou do Porto e que hospedava na casa de Montano; Marques, da casa do negociante Quintela; Humberto Estrangeiro, chamado por Monsieur Gil, Capitão da guarda real de França; Gregório Freire Carneiro, morador do Rossio e dono de uma Chapelaria; Antonio Caetano; Márquez de Ponte de Lima; João do Coutto, morador à praça do Comercio no Armazém da Iluminação; Francisco da Silva, Cônsul Geral na Dinamarca; José Joaquim, do Bergantim Dois Amigos; Dorknin, estrangeiro que às vezes presidia a mesa de alguma iniciação maçônica; Santos, dono de uma casa de campo no Poço do Bispo e da fábrica de xitas de Chelas; José Theles, Desembargador Conselheiro; Duque de Cadaval; Márquez de Niza; José Francisco de Noronha; João Bilton, oficial da Marinha; José Maria de Medeiros, oficial da Marinha; José de Melo; Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado; Márquez de Pombal, Secretário de Estado; Antônio de Queiroz também chamado Padre Loio; Padre José Simplicio; Paulo Joaquim da Costa Quintella, moço fidalgo; Padre Antônio Vieira; Padre Antônio Pereira Coelho; Malaquias, boticário; N. Queiroz, cirurgião; José Crisóstomo, cavalheiro; Francisco Manoel de Oliveira, Professor de Filosofia; Carlos Aldre, negociante inglês; Francisco João Barreto, Major de Auxiliares; Francisco Xavier de Ornelas, Capitão Mor da Ordenança e Presidente da Mesa quando D. André foi iniciado; Euzébio, negociante; Padre João Pereira, Professor de Língua Latina; Tristão Joaquim, nobreza da terra; José Joaquim de Vasconcelos; José de Brito, entre outros. (ANTT, 1791, p. 12 e seguintes até 68.).

contra a Igreja e o Estado, apenas para algumas pessoas e para outras, não o era, dependendo do seu estatuto nesta Sociedade de Corte. Por outro lado, o ser maçom também dava prestígio, e ainda assegurava ajuda mutua como demonstrado na fala do Desembargador e Conselheiro José Theles, que disse desejava entrar para maçonaria

porque queria aparecer na Sociedade do Duque de Luxemburg, onde tinha entrado o Duque de Cadaval, o Márquez de Niza, seu irmão, e outros: mas que tinham feito um gasto enorme, o que elle não queria fazer, e assim que convidasse alguns amigos [...] (ANTT, 1791, p.20).

Mesmo tendo um cargo de distinção, o Desembargador queria aparecer junto à nobreza numa mesma Sociedade, para assim, adquirir mais distinção também na sociedade civil. A economia do “dom” capitalizava seguidores, e era praticada tanto pelo Rei, como pela Igreja e pela própria Maçonaria, o que ao fim e ao cabo, resultou em profunda rivalidade e conflito entre a Sociedade dos Pedreiros Livres e a aliança Igreja e Estado.

D. André no seu estado fóbico provocado pela Inquisição, não deixou pedra sobre pedra, descreveu e denunciou tudo o que “sei de certo, de vista, de ouvido, e de conjecturas” (ANTT, 1791, p.20) sobre a maçonaria. Acusou, quase diretamente, Martinho de Melo e Castro de fazer parte da maçonaria, ao afirmar que “Só me resta dizer que alguns maçons me tem ditto que elles se tem correspondido com Martinho de Melo, Secretário de Estado pois que elle o he.” (ANTT, 1791, p.20). Digo que, quase diretamente afirmou que Martinho de Melo e Castro era maçom, porque a informação que passou sobre o fato, não foi constatada pelo acusador, mas sim por terceiros, que também eram membros da Sociedade. Neste mesmo teor, se refere ao Márquez de Pombal: “Eu de mim posso dizer que alguns favores, e obséquios tenho recebido do Márquez de Pombal, aquém correspondi com hua Canção, ou Ode Maçonica” (ANTT, 1791, p.20).

Neste caso, também há quase uma afirmativa categórica, não por ouvir dizer, mas por “saber de certo”, na medida em que, a correspondência foi trocada por ele, acusador, e o próprio Márquez, através da qual trocaram impressões só conhecidas entre os membros da Maçonaria. Em outro Processo da Inquisição de Lisboa de nº 17800, houve confirmada tal denuncia de praticar o crime de Maçonaria, a estes dois maiores Secretários de Estado

da Monarquia Portuguesa. Tal denuncia foi feita também por um Cônego de São João Evangelista. Fica a questão: Porque o Santo Oficio não os inquiriu, e nem os admoestou, e nem os prendeu? Porque o chefe de Polícia, Pina Manique não usou com os dois poderosos Secretários de Estado, toda a robustez que lhe era peculiar e, que aplicou a alguns outros denunciados por D. André?

Evidente está que o poder, seja da Igreja, ou da Polícia só era exercido entre os membros mais fracos, e menos conhecidos da Maçonaria. A Inquisição não enfrentava o seu mais forte; a sua atitude de mandar para os seus Estãos pessoas com uma acusação de ser pedreiro livre, só ocorria, no geral, com aqueles pouco apadrinhados, e que lhe seria presa útil para obter as informações de que necessitava. Atitude própria de uma instituição amorfa, mas que se faz grande em função do poder que lhe é atribuído.

D. André no seu depoimento entra em contradição varias vezes, pois ao mesmo tempo em que dizia não saber de mais nada, além do que já tinha declarado, iniciava outras descrições e mais denuncias. Evidente que tal atitude atiçava os Inquisidores a lhe inquirir outras tantas vezes, por acreditarem que o mesmo sempre tinha mais informações a fornecer, o que normalmente as tinha. Nesse sentido, os inquisidores eram astutos, e a cada vez que insistiam em mais perguntas, mais o Padre lhe abria relatos, como o que fez sobre José de Melo, que saiu de Lisboa numa fragata em direção a Gibraltar, e que assim que a nau aportou em terra, o mesmo desertou da dita fragata, indo encontrar-se com o governador de Gibraltar.

Nesse encontro, apresentou-se maçom, e após relatar suas necessidades foi recomendado ir a Londres, da qual cidade retornou a Lisboa recomendado a Martinho de Melo, que de imediato nomeou-o comandante de uma Fragata que ia em direção a América. O certo é que, José de Melo tido como desertor, ao invés de ser punido foi agraciado pelo Secretário de Estado, a pedido do governador de Gibraltar, em função de ser maçom. Daí, o ser membro da maçonaria significava também ter privilégios e benesses, benefícios característicos da Sociedade de Corte do século XVIII português.

D. André, seja por medo, ou por uma frágil convicção, realmente revelou tudo o que sabia da Sociedade dos Pedreiros Livres em Portugal, chegando mesmo a dizer que só não reproduzia o que viu figurar no Templo de Salomão, por não saber desenhar; não descrevia o catecismo maçônico porque não teve pachorra para decorar, além dele não ser exigido em Portugal, pelo fato de não

existir loja organizada nem no Reino, nem nos seus domínios, como em outros países europeus. O que existia em Portugal era apenas ajuntamentos em algumas ocasiões. Tal fato, de acordo com o Padre acarretava transtornos, porque se não havia loja também não havia local certo para se reunirem, nem fundo, nem pessoas deputadas como Venerável, Vigilantes, Gram Mestre, Tesoureiro e Secretário. Apesar de toda esta justificativa, o Cônego relatou ao Santo Ofício todas as perguntas contidas no catecismo as quais serviam de exame para a pessoa que quisesse ser reconhecido como maçom.

Da mesma forma, que foi revelada as perguntas do catecismo maçônico, também o foram o alfabeto usado nas letras supostamente secretas. Apesar de pouco usado, consistia em duas paralelas horizontais cortadas ao centro por duas paralelas perpendiculares em ângulo reto. As quatro linhas em ângulo reto formavam nove figuras, nas quais simulavam duas Esquadras. Como as letras do alfabeto são 21 era necessário formar duas da esquerda para a direita a cada figura, e assim restavam 3 que eram u, x e z. A letra z é suprida pelo s, que são fixadas por um Compasso V. Enfim, o alfabeto era organizado como se segue (ANTT, 1791, p.26):

ab.	cd.	ef.
gh.	il.	mn.
op.	qr. U	st.

No final do seu depoimento, D. André reiterou que relatou a verdade de tudo o que sabia sobre a Maçonaria, não sendo sua intenção, porém, ofender nem defender a ninguém, muito menos ocultar os fatos e nomes de pessoas, ou ao contrário, acusar alguém por maldade ou vingança. Reafirmou o que já havia relatado: que nada havia nas reuniões maçônicas, que fosse contra a religião ou a Igreja, ou as leis do Estado ou qualquer ofensa a Pátria ou a Rainha D. Maria I, nem mesmo contra a doutrina eclesiástica e os bons costumes. Agiu de acordo com sua consciência. Revelando ao Santo Ofício os segredos da Maçonaria, o Padre, rompe o silêncio, a discrição e o vínculo em torno do segredo. Descortinando os segredos ma-

çônicos, rompe o véu tecido pela própria Maçonaria (KOSELLECK, 1999, p.63).

Outrossim, não podemos olvidar que, quem rompeu o véu que encobria a maçonaria, foi um homem que sofria nos cárceres inquisitoriais e que sob júdice da Inquisição, na sua condição humana, não apenas revelou segredos, como também frequentemente recorria à confiança de Deus e implorava piedade aos inquisidores na sua condenação, argumentando que era um

homem amante de Deos e da Pátria, hum sacerdote de Jesus Cristo, obediente a Rainha, e á Santa Igreja, que aborrece o crime, que ama a virtude, e que todos os seus cuidados ao presente he chorar o seu abandono, e escolher hum sitio deserto, aonde longe dos homens vá passar os dias que lhe restam na miseria, na pobreza, suspirando pela morte, que o venha livrar do cárcere em que sua alma geme aos 22 anos cada vez mais aflita (ANTT, 1791, p.23).

O sacerdote neste desespero elogia o Santo Tribunal dizendo que, confiava nos inquisidores e na sua justiça, posto que fossem infalíveis em punir apenas os que realmente cometiam delitos contra a doutrina da Igreja sendo “suavíssimos” em amparar as almas inocentes. Ainda como forma de convencer o Santo Ofício da sua inocência, menosprezou a cerimonia maçônica, afirmando que se reuniam algumas vezes para passar a noite no entretenimento e brincadeira. Desvalorizou, enfim, a pratica maçônica da qual era um entusiasta, na esperança de receber um socorro e deixar de ser um homem encarcerado.

Concluindo o seu depoimento antes de receber a sentença da Inquisição disse saber quem o denunciou, acusando o Padre Antônio de Queiroz ou Padre Loio. Segundo D. André a delação foi por vingança. Explica a razão do ódio do Loio sobre ele dizendo que morava em um quarto na casa de D. José de Noronha, e o dito padre pediu para passar algumas noites com ele, e o mesmo dividiu o seu quarto. Neste convívio o hóspede viu a sua banda maçônica e alguns aventais. Dai, esperando encontrar mais instrumentos de prova que comprovasse que D. André era pedreiro livre, lhe arrombou a porta, a fim de descobrir outros objetos. Depois pediu para entrar na Sociedade e lhe foi negado pelo seu mau caráter. Para se vingar ele denunciou o colega ao Santo Tribunal.

Esta delação, porém, não foi à única, na medida

em que, pelo que podemos apurar os maçons ao serem presos, denunciavam uns aos outros. No entanto, a população no geral, influenciada pelo discurso enganoso do Santo Ofício, também denunciava qualquer pessoa pela prática maçônica, até na base do “ouvir dizer”, por considerá-los obra do demônio e para aliviar a consciência do bom cristão.

Os Inquisidores, após avaliação do depoimento de D. André o condenou, argumentando que ele, como sacerdote, ao invés de dar exemplo de bom cristão e divulgar a palavra de Deus, o ofendeu ao agregar-se a Sociedade dos Pedreiros Livres, que como padre sabia que ela era condenada pela Igreja pela prática da heresia. Frequentou as suas reuniões varias vezes, e recebeu

com aplausos e satisfação os grãos, e proeminências vans, com que entre si se distinguem seus sócios, promovendo, e viciando alliciando pessoas de diferentes condições, e estados para sectários da mesma reprovada corporação, e finalmente atrevendose a recitar nas mesmas Assembleas Discursos apologéticos com que persuadia justificada a sua Instituição (ANTT, 1791, p.69).

A Inquisição, após reproduzir toda a inquirição feita a D. André, entra em contradição com sua própria interpretação, na medida em que, ao mesmo tempo em que diz que ele não confessara todas as suas culpas, e nem a verdadeira intenção que as cometera, relatou que o padre expôs a mesa inquisitorial

com a maior ingenuidade, e miudeza todas as acçoens, ritos, cerimônias, e fatos (...) tudo quanto sabia, conceituara e lhe fora revelado sobre a Origem e Instituição, fim e exercício da dita Sociedade, e todas as pessoas, com quem como membros della concorrera nas mesmas Assembleas; e as mais, de quem, como taes, tinha notícia (ANTT, 1791, p.70).

Nesse sentido, os próprios inquisidores reconheciam que o D. André falou tudo que sabia, e denunciou por ver e por ouvir dizer todos os nomes dos frequentadores da Maçonaria. Chamam-no de ingênuo, lhe acusou e sentenciou a reclusão na Congregação da Missão de São Vicente de Paula, até quando se arrepender do seu feito; e, ainda, lhe impôs o degredo de não mais entrar nem na

cidade de Lisboa nem na Ilha da Madeira, além de penitências e pagamento das despesas que o Santo Ofício lhe apresentou no valor de 1788 contos de réis A pena que lhe foi imposta pelo inquisidor. Gregório Godinho, foi bastante severa, e de acordo com o nosso banco de dados, foram presos todos os negociantes, padres e alguns militares cujos os nomes foram denunciados por D. André. No entanto, não encontrei como já dito anteriormente, nenhum processo de prisão de nobres por ele denunciado, e muito menos de Secretários de Estado. Prevalece também no Santo Tribunal a política do *effectus* em troca de *affectus*, ou seja, prestações materiais em troca de submissão política (XAVIER, 1993, p.386.).

### 3. Conclusão

Após estas reflexões, nota-se claramente que a maçonaria era formada em rede com base na ajuda mútua e na fraternidade, praticando em matéria de religião uma espécie de ecumenismo, sem classe social definida, mas todos bem sucedidos, compondo desde a nobreza a intelectuais, padres, grandes e pequenos comerciantes. Em tal prática estava embutidos o exercício do poder e o prestígio adquirido pela Sociedade, fazendo-lhe entrar na esfera de poder da Igreja, provocando o embate e a relação de conflito entre a Maçonaria e o Santo Ofício, fiel representante da Igreja em aliança com o Estado.

Conclui-se, ainda que no caso português o maior número de maçons que se tornaram réus do Tribunal da Fé era militares, seguidos por padres e comerciantes. No entanto, os padres que se ingressaram na Maçonaria eram na sua maioria seculares, e grande parte oriundos da Ilha da Madeira. Varias foram as denúncias de nobres, e pessoas de grande poder político que também eram membros da Sociedade dos Pedreiros Livres. No entanto, estes nunca foram alvo da ira inquisitorial e se quer foram interrogados. Enfim, no final do setecentos em Portugal, durante o reinado de D. Maria I, a perseguição aos maçons pelo Santo Ofício em aliança com a Monarquia de origem divina foi voraz, pretendendo com as prisões destruir a Maçonaria, antes que fossem por ela destruídos. Tudo, no entanto, foi uma questão de tempo histórico.

### 4. Referências

#### 4.1. Fonte manuscrita

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Inquisição de Lisboa*. Processo nº 8614, 1791.

- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Inquisição de Lisboa*. Processo nº 17800, 1791. Portuguesa. Lisboa: Editorial Delta, 1986.
- 4.2. Bibliografia**
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRAGANÇA, José Lopes. *A Maçonaria e o Cristianismo*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
- CAMINO, Rizzardo da.; CAMINO, Odéci Schilling da. *Vade-Mécum do Simbolismo Maçônico*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1983.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO, António Carlos. *Para a História da Maçonaria em Portugal*. (1913-1935). Lisboa: Vega, 1993
- COUTO, Sérgio Pereira. *Dicionário Secreto da Maçonaria*. São Paulo: Universo do Livro, 2006.
- D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. *Maçonaria e a Grandeza do Brasil: verdades que os livros ocultam e a destruição de mentiras que eles divulgam*. Rio de Janeiro: Aurora, [s.d].
- DIAS, Graça da Silva; DIAS, José Sebastião da Silva. *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- Dicionário eletrônico Houaiss da língua Portuguesa.
- FERREIRA, Manuel Rodrigues; FERREIRA, Tito Lívio. *A maçonaria na independência do Brasil*. São Paulo: Biblios, 1972.
- FOUCAULT, Michel. A punição generalizada. In: FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.
- LAPAGE, Marius. *História e Doutrina da Franco-Maçonaria: A ordem e a obediência*. São Paulo: Ed. Pensamento, 1967.
- MATTOSO, José. (dir.) *História de Portugal*. V.4. Lisboa: Circulo de Leitores, 1993.
- NAUDON, Paul. *A Franco- Maçonaria*. Lisboa: Europa-América, s.d.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Dicionário de Maçonaria*
- OLIVEIRA MARQUES, A.H. de. *História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- REAL, Miguel. *A Morte de Portugal*. Porto: Campo das Letras, 2007.
- VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites Mineiras Setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri, 2004.